

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS  
1º QUADRIMESTRE DE 2024  
AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS  
REALIZADA EM 29/05/2024.**

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao Primeiro Quadrimestre de 2024, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios resumidos da execução orçamentária do primeiro e do segundo bimestres de 2024, e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita e da despesa.

**Cumprido informar que, em razão de a população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que tratam os art. 53 e 54 da mesma lei.**

Assim, a presente avaliação fica circunscrita à análise do Balanço Orçamentário e do Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção publicados no primeiro e no segundo bimestres de 2024.

**1 – Análise de Comportamento da Receita**

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital excluídas as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2024 no montante de R\$84.993.380,32 (Oitenta e quatro milhões novecentos e noventa e três mil trezentos e oitenta reais e trinta e dois centavos). A receita efetivada no período de janeiro a Abril foi de R\$26.012.046,91 (Vinte e seis milhões doze mil quarenta e seis reais e noventa e um centavos), tendo sido arrecadado, portanto, 30,60% da meta anual. Comparada à projeção para o período, no valor de R\$25.667.856,33 (Vinte e cinco milhões seiscentos e sessenta e sete mil oitocentos e cinquenta e seis reais e trinta e três centavos) constante na programação financeira, que considerou as reestimativas de receitas, demonstra-se um excedente de 101,34%. Esse desempenho foi propiciado pelo resultado positivo das



receitas correntes, que atingiu o percentual de realização equivalente a 35,15% da programação anual.

**QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA**

Discriminação	Previsão Anual (A)	Decreto de Programação Financeira (B)	Realiz. no Período (C)	% (C/A)	% (C/B)
<b>1 – Receitas Correntes</b>	<b>76.875.535,27</b>	<b>23.193.377,82</b>	<b>27.018.677,92</b>	<b>35,15</b>	<b>116,49</b>
Receita Tributária	9.135.443,22	2.946.224,54	2.927.812,22	32,05	99,38
Receita de Contribuições	0,00	0,00	587.690,92	0,00	-
Receita Patrimonial	4.919.098,13	1.022.075,43	2.229.199,89	45,32	218,11
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	-	-
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	-	-
Receita de Serviços	30.056,04	7.482,67	16.995,15	56,54	227,13
Transferências Correntes	62.081.047,35	18.963.084,75	21.127.360,13	34,03	111,41
Outras Rec. Correntes	709.890,53	254.510,42	129.619,61	18,26	50,93
<b>2 – Receitas de Capital</b>	<b>8.300.000,00</b>	<b>2.719.169,12</b>	<b>726.985,76</b>	<b>8,76</b>	<b>26,74</b>
Operações de Crédito	6.000.000,00	2.533.333,33	366.832,02	6,11	14,48
Alienação de Bens	500.000,00	0,00	360.153,74	72,03	-
Amort. de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	-	-
Transfer. De Capital	1.800.000,00	185.835,79	0,00	0,00	0,00
Outras Rec. De Capital	0,00	0,00	0,00	-	-
<b>7 - Receitas Correntes - Intraorçamentárias</b>	<b>8.801.708,64</b>	<b>2.612.739,31</b>	<b>1.336.002,11</b>	<b>15,18</b>	<b>51,13</b>
<b>7 – Receitas de Capital - Intraorçamentárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>3 (-) Deduç. da Receita</b>	<b>(8.983.863,59)</b>	<b>(2.857.429,92)</b>	<b>(3.069.618,88)</b>	<b>34,17</b>	<b>107,43</b>
<b>Total da Receita</b>	<b>84.993.380,32</b>	<b>25.667.856,33</b>	<b>26.012.046,91</b>	<b>30,60</b>	<b>101,34</b>

Fonte: Programação Financeira/Sistema Contábil

O total das Receitas Correntes previsto para o período considerado (janeiro a abril), de acordo com a programação financeira, foi de R\$23.193.377,82 (Vinte e três milhões cento e noventa e três mil trezentos e setenta e sete reais e oitenta e dois centavos). Os valores realizados corresponderam a R\$27.018.677,92 (Vinte e sete milhões dezoito mil seiscentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos), superando 116,49% da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, que figuraram, respectivamente, com 11,26% e 81,22% do total da receita orçamentária realizada, sobressaindo-se o bom desempenho das Transferências Correntes, que apresentaram variação positiva de 111,41% em relação ao previsto para o período, correspondendo a 34,03% do valor projetado para o exercício.

Conforme o balancete divulgado, a Receita Tributária atingiu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$2.927.812,22 (Dois milhões novecentos e vinte e sete mil oitocentos e doze reais e vinte e dois centavos), que, confrontada com a



previsão constante na programação financeira de R\$2.946.224,54 (Dois milhões novecentos e quarenta e seis mil duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), representa uma realização de 99,38% da projeção para o período e 32,05% do valor estimado para o ano.

O IPTU arrecadou 93,07% da meta anual, ou seja, previa-se o ingresso de R\$832.489,82 (Oitocentos trinta e dois mil quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta e dois centavos), tendo sido arrecadados R\$774.766,38 (Setecentos e setenta e quatro mil setecentos e sessenta e seis reais e trinta e oito centavos). A arrecadação dessa receita tem relação direta com o valor venal dos imóveis, tendo sido impactada negativamente pela desatualização do cadastro imobiliário do Município.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, para o qual havia uma projeção de R\$3.121.572,17 (Três milhões cento e vinte e um mil quinhentos e setenta e dois reais e dezessete centavos) para o ano, acumulou-se uma arrecadação de R\$402.545,76 (Quatrocentos e dois mil quinhentos e quarenta e cinco reais e setenta e seis centavos), 12,90% do valor previsto para o exercício. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário, cujas transações, de acordo com o número de guias de transmissão emitidas, representou um acréscimo de 119,60 % em relação a igual período do exercício anterior.

Em relação ao ISSQN, a arrecadação no período foi de R\$677.160,06 (Seiscentos e setenta e sete mil cento e sessenta reais e seis centavos), o que representa 57,04% da previsão. O bom desempenho dessa importante fonte de receita municipal, deve-se à implementação de uma política de combate à sonegação de impostos.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$246.214,50 (Duzentos e quarenta e seis mil duzentos e quatorze reais e cinquenta centavos), contra uma projeção de R\$445.134,34 (Quatrocentos e quarenta e cinco mil cento e trinta e quatro reais e trinta e quatro centavos). Arrecadou-se, portanto, 55,31% da meta anual.

No grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que totalizou R\$7.146.047,17 (Sete milhões cento e quarenta e seis mil quarenta e sete reais e dezessete centavos) no período, correspondendo a 31,35% da previsão anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN –, a qual estimou uma variação positiva referentes às transferências aos Estados e Municípios.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no ICMS, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$7.124.064,04 (Sete milhões cento e vinte e quatro mil sessenta e quatro reais e quatro centavos), ou seja, 33,54% da expectativa inicial, que era de R\$21.241.373,54 (Vinte e um mil duzentos e quarenta e um mil trezentos e setenta e três reais e cinquenta e quatro centavos). O comportamento dessa receita está diretamente ligado ao índice de



participação do Município, que sofreu um decréscimo de 4,42% em relação ao ano anterior e, também, do aumento da atividade econômica no Estado.

## 2. Análise do Comportamento da Despesa

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total liquidada, nela incluída a transferência da cota patronal para o R P P S, no período de Janeiro a Abril de 2024, apresentou uma execução superior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 108,03%, demonstrando um déficit na execução orçamentária de R\$2.088.755,04 (Dois milhões oitenta e oito mil setecentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos). Esse resultado não permite confirmar o atingimento das metas programadas para o período.

As Despesas Liquidadas, considerando as operações intra-orçamentárias (transferências patronais para o RPPS), no acumulado do ano até o mês de Abril, totalizaram R\$28.100.801,95 (Vinte e oito milhões cem mil oitocentos e um reais e noventa e cinco centavos), valor equivalente a 29,42% da previsão para o período. O total das despesas correntes realizadas foi de R\$ 26.809.500,44 (Vinte e seis milhões oitocentos e nove mil quinhentos reais e quarenta e quatro centavos), correspondendo a 38,92% da projeção. As despesas de capital totalizaram R\$1.291.301,51 (Hum milhão duzentos e noventa e um mil trezentos e um reais e cinquenta e um centavos), inferiores ao valor projetado para o período.

### QUADRO 2 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Orçamentária - Arrecadada	Previsão Atualizada (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
<b>(1) Receita Total</b>	<b>91.488.368,51</b>	<b>26.012.046,91</b>	<b>28,43</b>

Despesa Orçamentária - Liquidada	Dotação Atualizada (A)	Liquidada no Período (B)	% (B/A)
Despesas Correntes	<b>68.876.415,47</b>	<b>26.809.500,44</b>	38,92
Pessoal e Encargos Sociais	41.042.953,52	15.450.282,68	37,64
Juros e Encargos da Dívida	110.500,00	101.934,31	92,25
Outras Despesas Correntes	27.722.961,95	11.257.283,45	40,61
Despesas de Capital	<b>20.085.942,51</b>	<b>1.291.301,51</b>	6,43
Investimentos	18.513.442,51	655.892,78	3,54
Inversões Financeiras	24.000,00	24.000,00	100,00
Amortização da Dívida	1.548.500,00	611.408,73	39,48
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	-
Reserva de Contingência	<b>6.545.569,03</b>	<b>0,00</b>	0,00
<b>(2) Despesa Total</b>	<b>95.507.927,01</b>	<b>28.100.801,95</b>	<b>29,42</b>
<b>Resultado Orçamentário (1-2)</b>	-4.019.558,50	-2.088.755,04	<b>51,96</b>
<b>Relação Despesa/Receita (2 / 1)</b>		<b>108,03</b>	

Fonte: Programação Financeira/Sistema Contábil



**Observações:**

a) o valor informado na coluna Previsão Atualizada da receita, segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, corresponde a:

Previsão inicial da Receita	R\$ 84.993.380,32
(+) Excesso de arrecadação (inclusive proveniente de auxílios e convênios) utilizado para a abertura de créditos adicionais	R\$ 1.094.988,19
(+) Produto de operações de crédito não previstas na LOA, utilizado para a abertura de créditos adicionais	R\$ 5.400.000,00
<b>(=) Previsão atualizada da Receita</b>	<b>R\$ 91.488.368,51</b>

b) a diferença observada entre a previsão atualizada da receita e a previsão atualizada da despesa, no valor de R\$4.019.558,50 (Quatro milhões dezanove mil quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos) corresponde ao montante de recursos do Superávit Financeiro do exercício anterior, que foi indicado para a abertura de créditos adicionais, bem como o montante dos Créditos Especiais reaberto nos termos do art. 167, § 2º, da Constituição da República.

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo, somaram R\$101.934,31 (Cento e um mil novecentos e trinta e quatro reais e trinta e um centavos), correspondendo a 92,25% do total estimado para o período. Já as despesas com a Amortização da Dívida, com valor de R\$611.408,73 (Seiscentos e onze mil quatrocentos e oito reais e setenta e três centavos), representaram um desembolso correspondente a 39,48% do total programado.

Nesse aspecto, cabe aqui um registro: conforme demonstrado anteriormente, as receitas provenientes das liberações de operações de crédito totalizaram R\$366.832,02 (Trezentos e sessenta e seis mil oitocentos e trinta e dois reais e dois centavos) para um valor amortizado de R\$0,00 (Zero reais) e um pagamento de juros de R\$101.934,31 (Cento e um mil novecentos e trinta e quatro reais e trinta e um centavos). Essa ocorrência indica, então, que o Município, está honrando com a totalidade do pagamento dos juros.

Já em relação às despesas com investimentos, foram inferiores ao valor inicialmente projetado, que foi de R\$18.513.442,51 (Dezoito milhões quinhentos e treze mil quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e um centavos), apresentando uma execução de R\$655.892,78 (Seiscentos e cinquenta e cinco mil oitocentos e noventa e dois reais e setenta e oito centavos). Em termos analíticos, os principais investimentos realizados pela administração, no período em análise, foram os seguintes:

- \* APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS
- \* MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS
- \* VEICULOS DE TRACAO MECANICA
- \* OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
- \* OUTRAS AQUISICOES DE BENS IMOVEIS

Conforme demonstrativo específico divulgado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino,



apuradas conforme os critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$4.979.592,91 (Quatro Milhões novecentos e setenta e nove mil quinhentos e noventa e dois reais e noventa e um centavos), o que corresponde a 28,01% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que no período avaliado o Município atingiu o mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Particularmente no tocante ao FUNDEB, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi superavitário em relação a esses recursos. Assim, o ganho foi computado nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites. Cabe ainda destacar que, de acordo com a Lei Federal 14.113/2020, uma parcela não inferior a 70% do total recebido desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$3.356.930,24 (Três milhões trezentos e cinquenta e seis mil novecentos e trinta reais e vinte e quatro centavos) o que corresponde a 96,77% dos recursos do referido fundo atendendo ao dispositivo legal supracitado.

Os gastos com saúde, conforme demonstrativo específico divulgado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, atingiram o montante de R\$3.154.598,01 (Três milhões cento e cinquenta e quatro mil quinhentos e noventa e oito reais e um centavo), o que corresponde a 17,74% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o atingimento do mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012.

### CONCLUSÃO

Os resultados apresentados permitem concluir que as metas de arrecadação e o limite de gastos estabelecidos na programação financeira não foram atendidos, evidenciando, assim, a necessidade de ajustes na execução orçamentária para fins de atingimento das metas fiscais de resultado primário e resultado nominal estabelecidos, bem como para o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

  
Rosana Maria de Freitas Barreto  
Secretária da Fazenda

2571  
Câmara Municipal  
CACEQUI - RS  
Prot. 02.888-24 Pag. 105  
Data 28/05/24  
  
Assinatura \_\_\_\_\_ Hora \_\_\_\_\_